

Senado mantém veto presidencial e derruba reajuste de parlamentares

Raimundo Paccó

O Senado derrubou ontem a decisão da Câmara e manteve o veto presidencial ao projeto de conversão, que permitia um aumento de 23% nos salários dos parlamentares. A Câmara votou contra o veto dia 16 e deflagrou uma crise entre os Três Poderes. Ontem, o Senado reiterou a decisão de Itamar por 54 votos a favor, dois contra e quatro abstenções. Com isso, os deputados, senadores e ministros de Estado não terão os salários equiparados aos de ministros dos tribunais superiores, medida que comprometeria o plano de estabilização econômica. Os senadores Cid Saboya de Carvalho (PMDB-CE) e o líder do PPR, Eptácio Cafeteira (MA), se recusaram a votar, por se sentirem "coagidos".

A manutenção do veto não resolve outro problema. Três outros artigos do projeto de conversão, cujos vetos foram derrubados tanto pela Câmara quanto pelo Senado, transformam em "vantagem pessoal" e permitem o reajuste das parcelas dos salários de funcionários da administração direta e indireta que ultrapassam o teto constitucional de 90% do salário de ministro de Estado. Com isso, voltam a existir os chamados "marajás", que a Constituição de 1988 tentou limitar, pois a derrubada dos vetos elimina, na prática, o teto. E os custos com a administração pública serão muito maiores do que os previstos pela equipe econômica.

Precedente — A derrubada desses vetos e a existência de "irregularidades e ilegalidades constitucionais e regimentais" na sessão do dia 16 levaram líderes da Casa a apoiar a decisão do presidente da Câmara, deputado Inocêncio Oli-



Os senadores foram amplamente favoráveis à manutenção do veto: 54 votaram a favor e só 4 contra

veira (PFL-PE), de pedir a anulação daquela sessão. Inocêncio chegou ao plenário com o discurso pronto e as justificativas enumeradas por sua assessoria. Porém, na última hora o líder do PMDB, deputado Tarcísio Delgado (MG), retirou o apoio à decisão, alegando que a medida seria "precedente perigoso". Para não correr o risco de perder, Inocêncio não fez o pedido.

O presidente da Câmara apoiou duas questões de ordem apresentadas pelo deputado Paulo Delgado (PT-MG) e Alofzio Mercadante

(PT-SP), que pedem para invalidar a sessão. O presidente do Congresso, senador Humberto Lucena (PMDB-CE), negou as duas questões de ordem, mas os parlamentares recorreram à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Isso coloca as duas sessões *sub judice*. Inocêncio afirmou, depois da sessão, que vai defender a anulação na CCJ. A intenção de Inocêncio é evitar que o Executivo encaminhe nova medida provisória para acabar com os efeitos dos vetos derrubados. Isso só é possível com a anula-

ção das duas sessões.

O presidente do Congresso tem prazo de 10 dias para enviar os vetos derrubados à promulgação do presidente Itamar Franco. Inocêncio pretende que a CCJ prepare parecer favorável à anulação antes deste prazo, para que ele seja votado pelo plenário. Assim, Lucena atende à reivindicação das lideranças mais ativas da Câmara que, nas palavras do deputado Miro Teixeira (PDT-RJ), não admitem mais que o Executivo mande no Legislativo.